

HABEAS CORPUS Nº 441.608 - SP (2018/0063280-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : JULIANA GULNARA APARECIDA MACHADO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JULIANA GULNARA APARECIDA MACHADO
OUTRO NOME : JULIANA GULNARA APARECIDA MACHADO GRACIOLI

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício próprio por JULIANA GULNARA APARECIDA MACHADO GRACIOLI contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que a paciente foi condenada pela prática do crime de desacato. O recurso de apelação restou desprovido nos termos do acórdão de fls. 163/167.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão de fls. 174/176.

No presente *writ*, em confusa petição, afirma a ocorrência da prescrição e aduz que o processo é nulo por cerceamento de defesa .

Requer, assim a expedição de “alvará de soltura preventivo” (fl. 9).

Informações prestadas às fls. 117/176.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da impetração, conforme parecer de fls. 178/179.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

Inicialmente, verifica-se que a paciente foi regularmente citada e deixou de comparecer ao processo por ato de liberalidade, não podendo se imputar ao Estado o fato

de não ter sido interrogada antes da prolação da sentença. Assim, não há falar em cerceamento de defesa.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. NULIDADES. AUSÊNCIA DE INTERROGATÓRIO. NÃO OCORRÊNCIA. INTIMAÇÃO PESSOAL. REVELIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O interrogatório é o ato processual por meio do qual o réu tem a faculdade de expor a sua versão dos fatos narrados na exordial acusatória, nos termos do art. 185 e seguintes do Código de Processo Penal. Todavia, não há que se falar em violação do contraditório e da ampla defesa, pela não realização do referido ato processual, se o próprio investigado - ciente da acusação - empreendeu fuga do distrito da culpa, estava foragido por ocasião do interrogatório e só apontou a ocorrência de nulidade nas alegações finais, logo após a sua captura, quando já encerrada a instrução criminal e apresentadas as razões finais do Ministério Público estadual.

2. Agravo regimental não provido (AgRg no HC 428.036/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 25/09/2018).

Quanto à ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, o TJSP assim denegou a impetração originária:

Quanto ao mérito, conforme esclarecido pelo d. Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Taubaté, a paciente foi denunciada como incurso no artigo 138 (na forma dos artigos 141, II, e 145, parágrafo único), e artigo 331, ambos na forma do artigo 69, todos do Código Penal, por fato ocorrido em 29/04/2011. A denúncia foi recebida em 12/09/2011; a sentença prolatada em 30/04/2013 e publicada em 14/05/2013, condenando-a à pena de 06 meses de reclusão em regime inicial aberto, substituída por uma pena restritiva de direitos consistente na prestação de serviços à comunidade ou a entidade pública pelo mesmo período. O trânsito para a acusação se deu em 20/05/2013 e para a defesa em 13/04/2016. Observa-se que o acórdão confirmatório de sentença, no caso publicado em 25/11/2015, não interrompe a prescrição do delito. Portanto, não há que se falar em prescrição punitiva estatal, nem mesmo de prescrição executória, visto que o lapso temporal de três anos (art. 109, inciso VI, c.c. o art. 110, § 2º, ambos do Código Penal) em nenhum momento foi verificado, consideradas as causas interruptivas da prescrição discriminadas no artigo 117 do Código Penal.

Tratando-se de pena definitiva inferior a 1 ano, nos termos do art. 109,

inciso VI do Código Penal, o lapso prescricional é de 3 anos. Assim, não se verifica a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal.

A partir dos dados apresentados no acórdão impugnado, bem como dos documentos que instruem a inicial, não é possível analisar a ocorrência da prescrição da pretensão acusatória, uma vez que não há notícias a respeito do início do cumprimento da pena restritiva de direitos.

Ausente, portanto, qualquer constrangimento aferível que justifique a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço da presente impetração.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator